

Falta pouco para a emancipação dos índios

Embora o ministro do Interior, Rangel Reis, tenha declarado em fins de fevereiro que a emancipação do índio não é meta prioritária do seu Ministério, fontes de Brasília informaram na semana passada que a minuta do decreto de emancipação já está sendo elaborada por técnicos do Ministério.

A justificativa oficial para essa tentativa é a de que o "índio está na miséria, agregado à terra, sem novas chances de trabalho". Os antropólogos e indigenistas brasileiros, no entanto, não concordam com a explicação. Criticam duramente o plano mi-

nisterial e dizem que o governo está tentando executar uma política contrária aos interesses do povo indígena.

Para os antropólogos, ao invés de integrar o índio, a Funai deveria regularizar os parques e reservas, garantindo às populações indígenas extensões de terras adequadas ao seu modo de vida e às suas tradições milenares. Um exemplo de lugar com essas condições, segundo os antropólogos, é o Parque Nacional do Xingu, uma vasta área no Norte de Mato Grosso, onde 15 tribos ainda conservam tradições e hábitos primitivos.

Antropólogos repudiam a idéia

Três antropólogos paulistas discutiam e repudiavam a anunciada emancipação do índio, na semana passada, num apartamento de Higienópolis. Em dado momento, o professor Carlos Alberto Ricardo, do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, perguntou, perplexo: "Mas, afinal, quem são os antropólogos que, segundo o ministro Rangel Reis, sugeriram que o índio seja emancipado? Gostariamos de saber, porque não conhecemos nenhum colega favorável a idéia".

A princípio, a pergunta poderia ser considerada improcedente, mas não é, pois parece não existir entre os indigenistas do País uma única voz de apoio ao Ministério do Interior. A oposição ao projeto é unânime, de Natal a Porto Alegre; de Rio Branco a Salvador.

Essa desaprovção não excluiu o pessoal especializado da Funai. Com exceção de algumas áreas técnicas, especialmente as ligadas à Sudam e Sudeco, cujos planos de ocupação geralmente esbarram nos índios, ninguém mais compartilha da ansiedade do ministro Rangel Reis em promover as primeiras emancipações de índios no Brasil.

Até o general Ismarth de Oliveira, que não pode colocar-se oficialmente contra a pressão do ministro que o nomeou presidente da Funai, já deixou claro que não considera a emancipação meta prioritária da sua administração. Para ele, é mais importante regularizar e demarcar as terras das populações indígenas.

Os antropólogos ligados à Funai tratam o assunto com muita cautela para não sofrer represálias, mas não escondem sua preocupação com a política "integracionista" que se pretende deflagrar, e chegam mesmo a fazer declarações públicas. Olímpio Trindade Serra, diretor do Parque Nacional do Xingu, por exemplo, afirma que "o órgão deve respeitar a condição das populações indígenas, procurando não interferir nos seus hábitos e costumes".

Essa posição é adotada também por d. Thomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi. Para ele, "os índios não podem ser considerados incapazes e sim membros de uma comunidade com rumos diferentes da sociedade nacional".

Embora o ministro do Interior tenha procurado justificar a emancipação dizendo que é "um absurdo não se ter encontrado até hoje uma forma de dar melhores oportunidades ao índio, missionários e antropólogos acham que "o interesse imediato está na liberação das ter-

ras indígenas para ocupação por empresários".

Carlos Alberto Ricardo, da Unicamp, afirma: "A gente deve desconfiar desta preocupação com o índio". E o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, diz que "por trás dessa euforia emancipatória, está exatamente o interesse de se poder negociar diretamente com o índio as poucas terras que lhe restam".

Mais rigoroso, o padre Antônio Iasi Júnior, ex-secretário geral do Cimi, pergunta: "Por que esse aparente interesse pelo índio e uma quase insensibilidade para com os milhões de outros brasileiros que estão marginalizados?" A resposta ele mesmo dá: "É porque o índio ainda tem a posse de alguma terra, enquanto os demais pertencem a dez milhões de famílias que, de acordo com o Incra, não possuem mais terra".

Esta preocupação aumenta quando os indigenistas lembram que Rangel Reis deixou claro, em várias declarações, que na sua opinião os índios ocupam muito mais terra do que realmente necessitam. No ano passado, ele sugeriu a fixação de lotes limitados para cada família, nos moldes dos programas feitos pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca no Nordeste. O resto das terras passaria do índio para a União.

Essa é uma hipótese que os antropólogos nem querem ouvir. "A Funai sabe muito bem — adverte a antropóloga Carmen Junqueira, do Centro de Estudos Sociais e Indígenas — que as populações indígenas são populações com tradições coletivas, não só do ponto de vista econômico como do ponto de vista de distribuição do poder. De maneira que qualquer coisa que se queira colocar dentro de uma comunidade indígena tem de ser filtrada por uma perspectiva coletiva".

Ao mesmo tempo em que Carmen Junqueira fazia essas declarações em São Paulo, o advogado Caio Lustoza, vice-presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, preparava a defesa do índio Uvaiporan, preso em Porto Alegre por tentativa de assalto, afirmando: "Para se entender o problema do índio, é

Esta é a última parte da matéria sobre a descaracterização dos costumes indígenas, cuja publicação iniciamos domingo. O levantamento é da rede de sucursais e correspondentes de O Estado. Coordenação final do repórter Valdeci Verdelho, fotos de Sidney Corrallo.

preciso ter um mínimo de percepção da estrutura social e econômica indígena. Mas não é preciso ser sociólogo para compreender que há uma incompatibilidade entre o comunismo primitivo dos índios e o capitalismo decadente dos brancos. Os valores são diferentes. A propriedade dos meios de produção, no caso dos índios, é coletiva, e o sentido de propriedade privada não é tão arraigado como no caso dos brancos".

"Embora a Funai procure controlar — acrescenta a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraiso —, quando há interesses de outros ministérios ou grandes projetos em jogo, os índios são simplesmente postos para fora. Assim, vinda a emancipação, e sem a tutela da Funai, a situação do índio vai tornar-se idêntica, ou mais grave, à dos pequenos proprietários rurais, hoje submetidos, em várias regiões do País, a toda sorte de grilagem".

Todos os colegas de Maria Hilda concordam com suas previsões e dizem que para evitar esse futuro para o indígena brasileiro, só existe uma alternativa: assegurar ao índio extensões de terras que sejam adequadas ao seu modo de vida, às suas características tecnológicas e às suas tradições milenares.

A antropóloga Manoela Carneiro-da-Cunha, da Unicamp, lembra que "a ocupação de grandes reservas pelos índios pode parecer exorbitante para outros grupos técnicos, mas é preciso entender que os grupos indígenas são muitas vezes caçadores e coletores, por isso, necessitam de terras muito mais amplas do que se fossem exclusivamente agricultores ou criadores de gado".

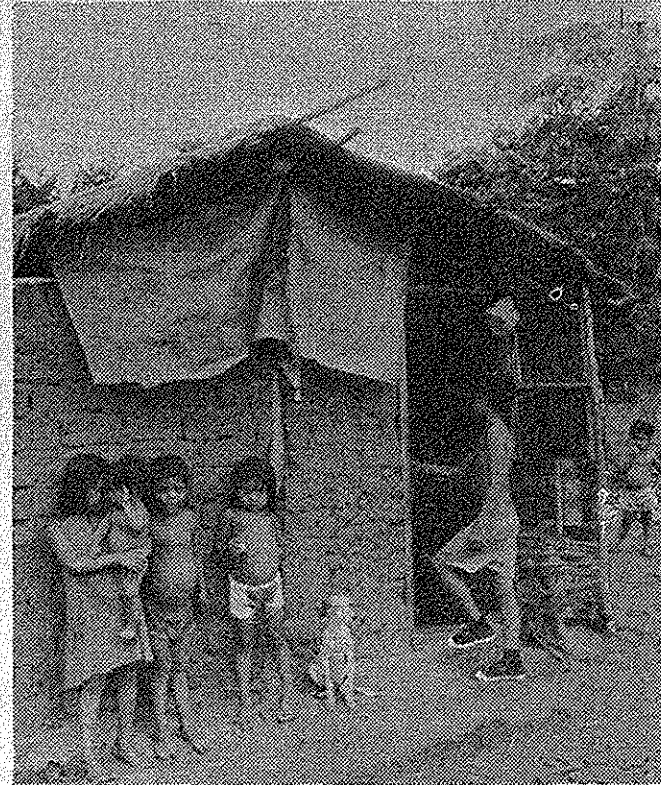
Em geral, supõe-se que os antropólogos são a favor de se manter os índios "mais conservados, preservados nas suas tradições e meio ambiente".

Carmen Junqueira, da Cessind, vai além: "Seria preciso dar condições melhores a essas populações, quer do ponto de vista econômico quer do ponto de vista cultural. E levá-las a compreender de fato o que significa a legislação que as rege; a instituição da tutela; e consequentemente a responsabilidade da emancipação, de ser um indivíduo, um cidadão".

Os antropólogos acham fundamental que os próprios índios participem da discussão. Mas essa participação exige que os índios se organizem em grupos, como um conselho que tenha condições de expressar as reivindicações próprias do povo indígena.



Mais aculturados, os índios terena colhem até arroz (antes viviam só de mandioca). Mas a miséria da tribo agora é maior



Fotos Sidney Corrallo



Nas roupas, nos hábitos, a velha cultura sumiu

'Fora da aldeia, só resta marginalidade'

Enquanto o Ministério do Interior anuncia a preparação da minuta do decreto de emancipação entre quatro paredes e sem o pretendido debate, as previsões em torno do futuro do índio, se isso acontecer, são bem pessimistas.

Para o professor Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir da emancipação "simplesmente não há futuro para o índio". Ele explica: "Quando o índio abandona a aldeia, só lhe resta a marginalidade, a condição de pária. Pois o índio é o outro, o selvagem, o que dá medo e gera insegurança. Para ele, só há um lugar como indivíduo, atrás de todos os outros brasileiros". É por isso que o antropólogo espera "que os responsáveis pela decisão não promovam tal ato".

Já o padre Antônio Iasi acha que "a emancipação é o tiro de misericórdia ou o último assalto de uma sociedade poderosa e opressora sobre os povos minoritários e injustiçados".

O advogado Caio Lustoza, por sua vez, teme que "esse decreto venha a acelerar o processo de integração e obrigue o índio a abandonar as terras, reforçando o exército de bóias-frias".

Idêntica preocupação é manifestada por Nasser José Nasser, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: "Se houver emancipação, será aumentado o batalhão de desempregados no País, transformando o índio em boi de corte dos fazendeiros e empresários que desejam principalmente as terras onde vivem os índios".

Terena, exemplo discutível

Sempre que fala de emancipação, o ministro Rangel Reis tenta provar sua tese de que o índio pode se integrar à sociedade nacional citando Jair de Oliveira, da tribo terena. Vereador há 12 anos, pela Arena em Aquidauana, e provável candidato à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul nas próximas eleições, Jair é o perfeito representante xunonó (elite indígena) dos terena. Mas enquanto ele leva seu filho de automóvel para o colégio todas as manhãs, os índios que vivem na aldeia do Bananal, de onde ele é oriundo, vivem da changa e aceitam qualquer emprego, servindo como mão-de-obra barata e desqualificada, para poderem sobreviver.

Embora morando numa aldeia e tutelados pela Funai, os terena do Bananal conservam muito pouco da sua cultura original. Eles se vestem como os brancos; muitos são eleitores; alguns têm casa de alvenaria e até estabelecimentos comerciais já foram criados. A língua terena é mantida, com certo orgulho, e a estrutura social, com um chefe (que agora é chamado de capitão), também, mas o aniversário de fundação da aldeia este ano foi comemorado com um festival de futebol. E quem procurasse neste dia uma fantasia para "bate-pau" (dança típica terena) não encontraria.

A mais nova influência dos "civilizados" sobre os terena no-

ta-se na agricultura: depois de anos seguidos cultivando roças de subsistência como abóbora, mandioca e milho, os índios iniciaram em fins de fevereiro sua primeira colheita de arroz. Mas sem ter um esquema definido de beneficiamento e venda do produto, o "capitão" Tibúrcio não acredita que a plantação de arroz possa melhorar as condições de vida do seu povo.

Apesar de viverem praticamente integrados à sociedade nacional, os terenas não têm grandes oportunidades de melhorar de vida. A escola primária que existe na aldeia não é reconhecida oficialmente e seu nível é muito baixo, tanto que alguns professores não passaram da madureza ginásial. Para se fazer além do primário é preciso estudar numa escola que, além de ser particular, fica a oito quilômetros da aldeia, no distrito de Taunay, onde o ônibus só passa duas vezes por dia.

Sem condições de competir no mercado de trabalho, a maior parte dos índios é obrigada a changuear pelas fazendas vizinhas ganhando 1.800 cruzeiros por três meses de serviço. É isso que acontece, por exemplo, com o terena Argeu Manoel. Ele ganhou 1.800 cruzeiros pelo seu trabalho de setembro a novembro. Comprou roupas para ele e

a mulher; fósforos; gordura e seis latas de leite para filha de um ano. Depois disso não conseguiu nenhum emprego definitivo. As vezes vai à cidade vender milho ou abóbora, mas só a passagem de ônibus custa quase cinquenta cruzeiros, o que o impede de ter lucros. Argeu ainda tem esperança de este ano aparecer uma "boa changa". Se isto acontecer, além de leite para a criança ele pretende comprar um colchão velho para não dormir mais no chão de terra. Os índios terenas vivem mendigando em Aquidauana e sempre ganham alguma calça ou camisa velha.

Isto é Brasil

Documentário colorido sobre o Brasil, para exibição no Exterior ou a estrangeiros que nos visitam. Economia e Turismo na imagem da nossa potencialidade.

Nos idiomas:

Português	Checo
Inglês	Russo
Francês	Japonês
Alemão	Chinês
Espanhol	Árabe
Italiano	Húngaro

Informações:

ZAMBUA FILMES
Documentário para empresas
Indústria e Agrícolas
Rua Major Quadros, 110, 4.
Telefone: 256-4153
São Paulo

PEQUENOS ANÚNCIOS
72-5252

JOGUE TENIS COM ARTE
Aulas individuais e coletivas.
F. 35-6807.

**ATÉ VOLKS
PRECISA DE CARINHO.
LEVE O SEU A SABRICO.**

Sabrico
Av. Antártica, 408 - Tel.: 262-1611

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET

A V I S O
CONVOCAÇÃO GERAL Nº 05/78.
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Acha-se aberta na Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, a Convocação Geral nº 05/78 para serviços de implantação e manutenção de sinalização de trânsito. Os interessados poderão obter as Condições Gerais e Específicas, mediante o pagamento de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) e informações ou esclarecimentos à Avenida das Nações Unidas nº 7163, 1º andar, sala da Gerência Comercial, de 2a. a 6a. feira, das 09:00 às 12:00 horas; documentos e propostas serão recebidos até às 10:00 horas do dia 04 de abril de 1978, no mesmo local, onde será iniciada a abertura dos envelopes-documentação às 10:30 horas de mesmo dia. Regere-se a Convocação e a contratação resultante, as Condições Gerais, as Condições Específicas e o Regulamento de Contratações da Companhia.